

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Profissional de Cuba
Circulo: Beja
Sessão: Secundário

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

1. Haver lugar a uma maior auscultação dos eleitores, para legitimar as medidas aprovadas pelo governo. Na nossa democracia representativa o parlamento decide, mas muitas vezes essa escolha não coincide com a vontade de quem escolheu esses mesmos representantes. Sempre que haja questões que levantem polémica na opinião pública devem as mesmas ser questionadas aos eleitores, directamente por referendo ou através de outras formas de auscultação da vontade popular. A confiança nos políticos e consequentemente na Democracia aumenta quando os eleitores acreditam que estão a ser bem representados, quando a sua voz é ouvida no Parlamento. Os deputados só têm verdadeiramente legitimidade de se fazerem ouvir, quando são a “voz do Povo”. É pois importante criarem-se mecanismos para que os eleitores, ou seja todo o cidadão com mais de 18 anos se pronuncie e diga o que pensa sobre decisões que o Parlamento tem de tomar. O referendo é uma possibilidade mas hoje com as novas tecnologias o processo pode ser facilitado e posto à disposição de todos.

Se os políticos fossem os verdadeiros representantes dos seus eleitores, a credibilidade na classe política e no trabalho dos legisladores e governo seria maior.

2. Reforçar a comparticipação contributiva, para haver uma maior solidariedade social. Não criando impostos mas fazendo com que aqueles que não pagam e fogem às suas responsabilidades, sejam obrigados a fazê-lo. Todos aqueles que trabalham devem sentir-se responsáveis e contribuir para uma maior consciência social. Devem criar-se mecanismos que controlem essa comparticipação, pois só com a participação de todos podemos ter uma verdadeira segurança social a funcionar.

É urgente criar uma maior e melhor consciência social por parte de todos os cidadãos, para que todos se sintam responsáveis pelos seus deveres na sociedade, para poderem reclamar os seus direitos. O direito à saúde, à educação, à reforma, entre outros só é possível assegurar a todos os cidadãos se todos também participarem nesse esforço social, ou seja se todos contribuírem, pagando os seus impostos realizando as suas deduções fiscais. Um País é tanto mais democrata, ou maiores são os valores democráticos, quanto mais solidariedade social houver. Na constituição Portuguesa estão salvaguardados vários direitos sociais, mas estes só

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

podem ser estendidos a todos se o esforço for comum, de todos. A máquina fiscal deve actuar, mas também a consciência social.

3. Tornar a justiça mais célere e funcional, criando mecanismos para a sua legítima execução / aplicação. Para que a justiça funcione, tem de existir a imediata aplicação daquilo que a lei determine, ou seja os tribunais. Por um lado pôr a justiça a funcionar rapidamente por outro organizar formas de que seja cumprida e executada, para que a sua aplicação beneficie quem cumpre a lei e não os que a evitam ou contornam. A justiça precisa ser mais rápida e também mais eficaz, mas essa eficácia mede-se pela forma como as decisões judiciais são depois cumpridas. Se alguém for considerado culpado de um qualquer crime e por isso castigado a indemnizar, a decisão do Tribunal deve depois ser executada e a indemnização realmente paga, se isso não acontecer a Justiça actuou mas não foi feita justiça porque não houve a sua aplicação.

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Haver lugar a uma maior auscultação dos eleitores, para legitimar as medidas aprovadas pelo governo.

2. Reforçar a comparticipação contributiva, para haver uma maior solidariedade social.

3. Tornar a justiça mais célere e funcional, criando mecanismos para a sua legítima execução/aplicação.